

Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado

Bruna Ferraz Raposo
Niemeyer Almeida Filho
Marisa Silva Amaral

Resumo: O processo de financeirização emerge das transformações ocorridas após o fim da Segunda Guerra Mundial e é entendido a partir do aumento da importância da esfera financeira de valorização, bem como do crescimento dos circuitos financeiros internacionais em relação ao restante da economia. Se mostrou como resultado do desenvolvimento das forças e relações sociais de produção, levando a mudanças legais e institucionais que representaram transformações estruturais e sistêmicas na economia capitalista e no conjunto da vida social. Uma análise desde um menor nível de abstração, como proposto pela Teoria Marxista da Dependência, e dentro dela o de padrão de reprodução do capital, deve considerar a inserção diferenciada da periferia no capitalismo financeirizado e seus efeitos particulares. Para tanto, adentraremos na proposta da categoria do padrão de reprodução do capital feita por Ruy Mauro Marini e levada à frente por Jaime Osorio, que engloba os ciclos do capital e seu processo reprodutivo em contextos geo-históricos específicos, para estabelecer um diálogo que referencie esta categoria com as mudanças do capitalismo contemporâneo. Assim, observamos elementos que se localizam, sobretudo, nas esferas de circulação do ciclo do capital e que engendram uma nova dinâmica de valorização financeira e fictícia do capital. O que justifica um prosseguimento e aprofundamento da proposta de Jaime Osorio, que inclui as novas capilaridades do capitalismo financeirizado e de um novo anel no espiral da dependência.

Palavras-chave: Padrão de reprodução do capital. Teoria Marxista da Dependência. Financeirização. América Latina.

Introdução

A conformação de um desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista mundial justifica análises tais como foram feitas pelas teorias clássicas do imperialismo, e, posteriormente, pela Teoria Marxista da Dependência. A apreensão de que há uma estrutura hierarquizada, que engendra a transferência de excedente de valor em nível das relações internacionais, nos coloca frente ao binômio centro e periferia – ainda que haja nuances – e a necessidade de elencar as especificidades da dinâmica de acumulação e reprodução de capital em um e em outro.

Esse tipo de especificidade se apresentou em todas as etapas históricas do capitalismo até hoje, de modo que não se trata de desenvolvimento como uma linha de progresso que todos os países podem ou irão alcançar, mas no sentido de aumento de complexidade e processualidade, o que torna necessário uma compreensão conjunta dos movimentos do desenvolvimento do capitalismo global, como eles se dão a partir do centro e como são incorporados por parte da periferia. A partir de uma inserção subordinada da América Latina no capitalismo mundial, engendrou-se uma estrutura de troca desigual que transfere mais-valor da periferia para o centro, ocasionando que esse excedente não faça parte da dinâmica de acumulação de capital – valorização do valor em escala contínua e crescente – das periferias, mas dos países centrais.

Coloca-se, dessa forma, algumas limitações para a fluidez da reprodução do capital na periferia, que precisa fazer frente a essa transferência com os elementos que tem disponíveis. Exemplo: o impedimento de acesso ao alto nível tecnológico e capacidade de inovação, exclusivo dos países do centro e protegido por altos custos ou mesmo por patentes. Assim, as economias dependentes se utilizam da superexploração da força de trabalho para aumentar a taxa de mais-valor e dar dinâmica à acumulação de capital. Trata-se, portanto, de um mecanismo de compensação à transferência de valor e uma categoria distintiva da conformação da situação de dependência. Esse

mecanismo ocorre por causa (ao tempo que retroalimenta) da cisão do ciclo na economia dependente, devido ao crescente divórcio entre a estrutura produtiva interna e as necessidades da maioria da população.

Ainda nesse sentido, de captar o movimento do capital em menor nível de abstração e em espaços geográficos específicos, sumamente necessários para a compreensão de um estágio mais avançado do sistema capitalista mundial do que o formalizado por Marx, encontra-se a formulação teórica do padrão de reprodução do capital. Localizado em um escopo maior da literatura do pensamento econômico-social, a Teoria Marxista da Dependência visa apreender formas intermediárias de captação do movimento do capital, de modo a preencher nexos entre os diversos estudos que se colocavam dentro de uma agenda mais ampla. Assim, a categoria do padrão de reprodução do capital procurou cobrir as diversas lacunas que se colocavam na apreensão da dinâmica que rege o capitalismo dependente.

Trata-se de uma formulação iniciada por Ruy Mauro Marini ainda em finais dos anos 1970, ademais de seus escritos fundamentais para temáticas tais como *O Ciclo do Capital na Economia Dependente* e *El Patrón de Reproducción del Capital en Chile*. Entretanto, a proposta mais bem-acabada foi formulada por Jaime Osorio, que trabalhou diretamente com Marini e assumiu a tarefa de dar continuidade a essa linha de investigação.

Osorio sustenta que o padrão de reprodução do capital é a melhor possibilidade de apreender o movimento do capital em espaço geográficos e territoriais determinados e em tempos históricos específicos, demonstrando assim uma análise em nível da totalidade, apreendendo o capital em seu movimento de valorização por inteiro, com suas diversas etapas e sua estrutura, bem como as relações sociais que o cercam, sua superestrutura e todos que o capital mobiliza em seu ininterrupto movimento de valorização. Apoiado nos escritos do Livro II de *O capital* de Marx, o autor descortina os esquemas de reprodução do capital e os ciclos do capital para visualizar em menor nível de abstração o processo de valorização. Dessa forma, faz uma historicização de alguns elementos enquanto acrescenta outros que sejam pertinentes a análise.

A publicação desse estudo em 2012 no Brasil se insere num movimento maior de resgate da Teoria Marxista da Dependência em nosso país, exilada junto com seus principais autores nos idos dos anos 1960. Desde o início dos anos 2000, então, há iniciativas de colocação desse debate no meio acadêmico e militante, com a tradução e publicação de textos que rodaram a América Latina inteira, mas que permaneciam inéditos no Brasil mais de três décadas depois. Mas para além da divulgação desses textos, houve, em concomitância, algumas iniciativas que deram um prosseguimento à teoria colocada, com sua necessária atualização crítica.

O Objetivo deste artigo é sintetizar os principais aspectos dessas proposições e propor alguns outros elementos em razão das características contemporâneas do capitalismo, que exigem adequação

dos termos originais tanto de Ruy Mauro Marini, quanto os de Jaime Osorio. O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira discutimos o padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva, conforme formulado por Jaime Osorio. Na segunda seção, resumimos os elementos centrais de uma caracterização do capitalismo financeirizado contemporâneo. Na terceira, tratamos de um novo anel da dependência como resultado das transformações recentes do capitalismo global. Por fim, sintetizamos breves considerações.

2 Padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva

Padrão de reprodução do capital consiste na forma de reprodução do capital em nível das formações sociais, com delimitação territorial e dentro da jurisdição dos Estados nacionais.

Osorio (2012a) coloca a existência de diferentes padrões de reprodução do capital para a América Latina desde a ocasião da independência política dos países que compõem a região. Entremeados por períodos de transição, são três padrões de reprodução dominantes que prevaleceram por diferentes períodos de tempo: (i) Padrão agromineiro exportador, que abrange o período de tempo da independência até a segunda década do século XX; (ii) padrão industrial, da segunda metade dos anos 1930 até meados dos anos 1970 – o autor subdivide esse período em duas partes, a primeira denominada etapa internalizada e autônoma, que caracteriza até os anos 1940, e a etapa de integração ao capital estrangeiro, a partir dos anos 1950; (iii) padrão exportador de especialização produtiva, que se inicia em meados dos anos 1980 e se estende ao presente.

Os períodos de transição são, segundo o autor, “momentos em que um padrão não termina de se subordinar e em que o padrão que emerge ainda não domina com clareza” (OSORIO, 2012a, p. 78). Essa classificação foi realizada levando em conta os países de maior desenvolvimento relativo da região¹ e considerando os padrões-eixo, ou seja, o “padrão que se converte no dinamizador do processo de reprodução do capital em seu conjunto”. Não se trata, entretanto, de uma análise estática e genérica, que desconsidere aspectos de outros setores da economia ou que negue as especificidades das formações econômico-sociais. Mas que intenta captar a lógica interna de reprodução do capital levando em conta que a região faz parte do movimento mais geral do sistema mundial capitalista.

Isso implica captar os movimentos do processo mundial de acumulação de capital e as diferentes divisões internacionais do trabalho que são geradas e dentro disso, como se coloca e responde a região. Assim, para a América Latina:

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador. A crise desse padrão, a etapa de transição

¹ “Destacar aspectos gerais da região não significa ignorar que eles adquirem formas particulares no estudo detalhado das economias que a conformam, assuntos que, devido ao sentido geral que privilegiamos aqui, não serão desenvolvidos.” (OSORIO, 2012b, p. 105).

que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. O atual padrão exportador de especialização produtiva adquire sentido no quadro de revoluções na microeletrônica, que multiplicam e aceleram as comunicações, a redução nos preços dos transportes de mercadorias e um novo estágio do capital financeiro (OSORIO, 2012a, p. 79).

De modo que importam, mutuamente, a produção de valores de uso, como colocado acima, e a produção de valor. Os consequentes movimentos de apropriação-expropriação de valor, ocasionado pela estrutura hierarquizada do sistema mundial capitalista e sua divisão entre centros imperialistas e periferias dependentes, também têm determinantes colocados pela divisão internacional do trabalho.

O padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012b), se configura na América Latina a partir de meados da década de 1980, mas com base nas transformações ocorridas em decorrência da crise mundial capitalista iniciada em fins dos anos 1960, o que criou obstáculos aos projetos industrializantes que marcaram a região de uma maneira geral desde o fim da Segunda Guerra Mundial. E não somente criou obstáculos para o aprofundamento e ampliação do aparato industrial, mas imprimiu características de desindustrialização e reprimarização nas economias latino-americanas. O que vale a observação da distinção entre a industrialização como centro da reprodução do capital e a presença de indústrias subsumidas a padrões de reprodução do capital de outra natureza. Verificou-se, então, um deslocamento do eixo dinâmico, não mais centrado na indústria, mas na exportação.

Um segundo adendo feito é o de que apesar do uso da tipologia exportadora, há substanciais diferenças do padrão atual em relação ao padrão de reprodução agromineiro exportador, vigente durante o século XIX e parte do século XX. A diferença mais significativa é do grau de elaboração dos produtos exportados, mas várias outras se elencam. Por isso, a complementação à terminologia da especialização produtiva expõe que, independente do eixo sobre o qual o padrão se apoia – agrícola, mineiro, industrial², serviços³, etc., a depender das *vantagens naturais* ou *comparativas* com as quais as economias contam – há uma especialização em um número limitado de atividades que passam a concentrar os avanços tecnológicos.

[...] um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do *design* sendo salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local (OSORIO, 2012b, p. 113).

² Trata-se aqui, sobretudo, das indústrias de *maquila* ou *maquiladoras*. Isto é, aquelas destinadas a cumprir apenas funções de montagem ou produção de componentes específicos de uma linha de produção mais ampla inserida em uma cadeia global produtiva. A busca por mão de obra mais barata encontra nos mercados periféricos a redução dos custos e precarização do trabalho pretendidas. São exemplos significativos as montadoras de automóveis e de produtos eletrônicos.

³ É um exemplo significativo os serviços prestados pelas centrais de atendimento, ou *call centers* na expressão em inglês.

Ainda que, para a América Latina, a configuração permaneça sendo a de abastecimento do mercado mundial com alimentos e matérias-primas. Por isso, com a trajetória ascendente do preço das *commodities* durante a década de 2000, ocorreu o aumento no volume e no valor das exportações dos países latino-americanos, e a sustentação de um superávit na balança comercial para alguns deles.

A condição exportadora do atual padrão é dada por causa dos principais mercados dos setores mais dinâmicos estarem localizados no exterior, como mostram os dados para América Latina sobre a trajetória de aumento das exportações entre 1980 e 2008, em que o valor anual do total das exportações aumentou em mais de dez vezes; assim como o peso das exportações de bens e serviços que duplicou na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Os principais mercados para os quais são exportados esses produtos são Estados Unidos, seguido do próprio mercado intrarregional da América Latina, União Europeia, Ásia, Pacífico e China⁴.

O capital estrangeiro, no corrente padrão, tem uma atuação privilegiada através do aumento do investimento direto estrangeiro, principalmente pelo intermédio da venda de empresas públicas; na modalidade direta demonstra o aumento da importância da participação de empresas estrangeiras no setor produtivo interno, em que representam mais da metade do total, e o investimento nas novas cadeias produtivas; e, também, com um papel predominante do capital estrangeiro no setor bancário-financeiro. Conjuntamente com o grande capital nacional e as empresas estatais – apesar de pouco numerosas, detém ainda o monopólio de setores estratégicos, sobretudo, de mineração, petróleo e gás – constituem os atores dinamizadores do atual padrão exportador.

Ao mesmo tempo em que a América Latina acumulou um crescimento positivo do PIB, as condições de vida e de trabalho da maior parte da população se deterioraram. A noção do padrão de reprodução do capital permite explicar essa contradição para além dos dados conjunturais, em uma dupla articulação com o caráter exportador de especialização produtiva. Primeiro, retornando-se à questão do ciclo bipartido da economia dependente, a demanda interna dos trabalhadores assalariados não é um fator importante para a reprodução do padrão, uma vez que a produção é realizada prioritariamente nos mercados externos. Isso ocorre tanto por ser uma pauta produtiva composta em ampla proporção por bens de uso industrial e matérias-primas, como pelo nível médio dos salários não ser compatível com o preço dos bens manufaturados e dos agropecuários exportáveis.

Em segundo lugar, a capacidade de competição nos mercados internacionais se funda na superexploração da força de trabalho, isto é, “na deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos” (OSORIO, 2012b,

⁴ A metodologia empregada pelo autor no estudo citado foi a de selecionar as cinco economias de maior desenvolvimento relativo da região – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México – segundo critérios do peso do PIB e tamanho da população para a região, diferenças na integração aos mercados externos e o nível de dinamismo nos últimos quarenta anos. Os dados utilizados comparam o período de 1980 a 2008, deixando de fora da análise o período após crise mundial de 2007/2008, por incorporar outras variáveis que não eram o objetivo do estudo.

p. 124). O que se conecta com o primeiro motivo exposto e reverbera o crescente divórcio, característico da economia dependente, entre a estrutura produtiva e as necessidades da maioria da população. O autor ilustra isso nos exemplos do Brasil e do México, que aparecem concomitantemente como as maiores e mais complexas economias da região e com as piores condições salariais: “[...] o dinamismo do padrão exportador não se reflete na ampliação do poder de consumo dos assalariados em geral” (OSORIO, 2012b, p. 128). Entretanto, não significa descartar o peso do mercado interno, que, inclusive, se fortalece para as classes capitalistas e frações de classe que possuem altos salários, em um aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza na região.

À vista do colocado, aqui se estabelece o ponto central do diálogo que pretendemos estabelecer com os estudos de Jaime Osorio acerca do padrão de reprodução do capital. Desde a constatação da produção dos valores de uso como determinante do padrão de reprodução do capital (ARAUJO, 2013), acrescentamos a análise dialética da produção e circulação de valor que fazem completar o circuito de circulação do ciclo do capital. Isto significa a colocação de novas qualificações – a partir mesmo das fórmulas do ciclo do capital e dos escritos de Ruy Mauro Marini – que possibilitem elencar elementos a mais na reprodução do capital do que as captadas pelas formas que adquirem os valores de uso produzidos, a origem do capital investido e os mercados de realização.

Essa colocação se justifica não somente por questões de formalização dos traços concretos que o capital assume em sua reprodução nos diferentes estágios do ciclo, mas, principalmente, pela constatação de que as transformações ocorridas no capitalismo mundial após a crise dos anos 1960/70 engendrou mudanças significativas, posicionando a lógica financeira de valorização na *cabine de comando* da acumulação de capital em nível global (AMARAL, 2012). Assim, assumem importância para a reprodução do capital a forma do capital portador de juros e, conseqüentemente, sua autonomização, na forma do capital fictício.

3 A financeirização em suas dimensões teórica e concreta

Diversos autores atribuem que a natureza do capitalismo contemporâneo – leia-se, financeirizado – é a particular lógica que o capital fictício assume em sua movimentação, assumindo uma predominância sobre o capital industrial⁵. Essa afirmação, entretanto, necessita de mediações diversas para que se faça inteligível no corpo deste trabalho. Por isso, esta seção tem a intenção de, embora brevemente, expor elementos que descrevam e justifiquem que é essa – o domínio do capital fictício – a essência do capitalismo financeirizado que toma posse na conjuntura do pós-1970.

O argumento retoma o ciclo do capital industrial, bem como suas formas transmutadas em capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria, reforçando a ideia de que o capital apreendido em seu movimento percorre o ciclo de valorização assumindo formas funcionais à

⁵ São diversos os autores que caminham nessa vertente, destacamos alguns deles, que conversam mais com essa dissertação: Harvey (2013), Carcanholo e Nakatani (1999), Chesnais (2005), Carcanholo (2011).

produção de valor. Ao se baixar o nível de abstração, percebe-se que todo o ciclo pode vir a não ser percorrido pelo mesmo capitalista individual, e que, justamente, não o percorrer pode torná-lo mais eficiente. Isto é, a especialização de capitalistas em atividades específicas pode torná-las mais produtivas e trazer maiores ganhos individuais (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999).

O primeiro desdobramento que se coloca é na figura do capitalista comercial, aquele que compra diretamente do produtor em condições mais vantajosas, normalmente concedidos descontos, para vender acrescido de um adicional de valor. Assim aparece o capital de comércio de mercadorias, que significa comprar para vender mais caro ($D \rightarrow D'$) (AMARAL, 2006). Este é funcional ao capital no sentido de que, ao retirar o tempo de venda do capitalista produtivo e adiantar o capital necessário ao recomeço de um novo ciclo produtivo, diminui o tempo de rotação do capital e amplia a massa de mais-valor produzido no mesmo período de tempo. É, então, a forma autonomizada do capital-mercadoria, na perspectiva do descolamento de duas atividades antes exercidas exclusivamente pelo produtor de mercadorias.

O segundo desdobramento é o capital de comércio de dinheiro, que surge quando o dinheiro passa a ser entendido como as demais mercadorias, e, assim como elas, é transacionado em mercados específicos. Tal como o anterior, possibilita a redução do tempo de circulação do capital à medida que abrevia, concentra e simplifica as operações técnicas da circulação monetária (AMARAL, 2006), sendo a forma autonomizada do capital-dinheiro. Ambos se localizam na esfera da circulação, ainda que dependam estrita e diretamente da esfera da produção para manter seu pleno movimento.

O desenvolvimento do sistema de crédito eleva a um outro patamar a especialização do comércio de dinheiro, com a generalização de atividades de empréstimo e negociação em crédito. Assim surge a figura do capital portador de juros, uma forma autonomizada do capital de comércio de dinheiro, que aparece na forma de um empréstimo que adianta capital para iniciar um processo produtivo ($D \rightarrow D$) e reaparece, ao final dele, como quitação do empréstimo acrescido do pagamento dos juros, que é feito com parte do mais-valor gerado na produção ($D \rightarrow D'$). De modo que esse capital portador de juros também recebe uma remuneração – recebe uma fração do mais-valor produzido – sem ter passado pelo processo produtivo, ainda que o pressuponha (AMARAL, 2006).

Assim, as formas autonomizadas do capital não passam diretamente pelo processo produtivo, mas são funcionais a ele e o facilitam na medida em que aceleram o tempo de rotação do capital, e, conseqüentemente, ampliam a massa de mais-valor, dando maior fluidez ao processo de reprodução do capital (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Mas são, ao mesmo tempo, disfuncionais ao potencializarem situações de crise, cada qual com sua característica. O capital comercial, ao descolar os atos de compra e venda, pode causar uma sobreprodução de mercadorias, que mesmo não sendo vendidas ao consumidor final, por algum espaço de tempo podem continuar sendo produzidas, fazendo baixar os preços e, conseqüentemente, a taxa de lucro. E o capital portador de juros, que pela

variação do patamar da taxa de juros interfere na lógica produtiva a partir da oportunidade de ganhos meramente especulativos. Isto é, uma expectativa de alta remuneração dada por uma elevada taxa de juros pode vir a dissuadir que capitais sejam direcionados ao setor produtivo, onde sua massa de lucro seria menor (AMARAL, 2006).

O capital portador de juros, na medida em que financia a produção – ainda que também possa financiar a circulação⁶ – já apresenta uma forma mistificada, ao se apropriar de um excedente de valor sem ter passado pelo processo de trabalho, que por sua vez, tem a exclusiva capacidade de gerar valor e mais-valor (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Essas formas autonomizadas e mistificadas, quando generalizadas, se apresentam como capitais que têm direito a uma remuneração, sem que apareça a origem desse excedente de valor.

O capital fictício, nessa perspectiva, se apresenta como um desdobramento do capital portador de juros, mas como uma forma exacerbada do movimento $D \rightarrow D'$. Os exemplos clássicos das figuras que o capital fictício assume são os títulos da dívida pública e os títulos representativos de patrimônio privado, fazendo intuir à primeira vista que o capital fictício se trata de títulos ou ações⁷. O é assim por ser a forma como se apresentou primariamente: a generalização do dinheiro como meio de pagamento e o pleno desenvolvimento do sistema de crédito capacitaram o capital portador de juros a ter uma movimentação cada vez mais autônoma do capital industrial, ocasionando com que as corporações e empresas produtivas passem também a operar segundo uma lógica especulativa, o que se coloca de igual maneira para o setor público. Isto se desenvolve do seguinte modo:

[...] tanto no setor público, pelo lançamento de títulos da dívida pública, cuja venda é utilizada no financiamento do déficit do governo sob promessa de pagamento de juros a partir de um lucro que sequer será gerado – isto é, o governo já concluiu suas arrecadações, efetuou gastos superiores a elas e lança títulos para financiar este déficit –, quanto no setor privado, a partir do desenvolvimento das sociedades por ações, através das quais são lançados papéis em valor superior ao real e a compra destes papéis confere ao comprador o direito de participação nos lucros futuros da empresa, que, diga-se de passagem, podem nem se realizar (AMARAL, 2006, p. 67).

O capital fictício assume, portanto, a imagem de um capital que se valoriza autonomamente, sobretudo nos mercados de compra e venda especulativa (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Ainda em Amaral (2006, p. 68):

[...] o capital fictício permite que se invista num setor sem propriamente entrar nele, por exemplo, através da compra de ações, títulos de dívida, letras de câmbio e debêntures. Estes são papéis criados com um valor monetário fixo que corresponde ao capital que se pretende auferir (tomar emprestado) e com remuneração variável, dependente da taxa de juros ou de câmbio (a depender do contrato jurídico que se estabeleça) vigente no momento do desconto

⁶ Pode-se também haver um empréstimo que adiante capital ao capitalista comercial, que intenta comprar mercadorias para vendê-las a um preço superior. O que acentua a mistificação sobre o processo de produção de valor ao apresentar um elo a mais na circulação do capital-dinheiro.

⁷ Em Carcanholo e Nakatani (1999) e Carcanholo e Sabadini (2009) têm-se também os exemplos das concessões de TV e do cartório de ofício e de notas. Paulani (2009, p. 28) coloca como “títulos de propriedade sobre direitos, direitos de valorização futura, no caso de títulos privados, e de recursos oriundos de tributação futura, no caso de títulos públicos”. Ou seja, o capital fictício se trata de um capital que exagera a forma de remuneração a partir de um direito concedido, sem lastro visível em qualquer processo de produção de valor. Ainda que possa assumir formas mais intuitivas.

destes papéis, que pode se dar inclusive num momento bastante posterior ao do período de produção a que se referem. Deste modo, neste lapso de tempo existente entre o lançamento dos papéis e seu desconto, os mesmos podem passar por inúmeros proprietários e sofrer incontáveis processos de valorização e desvalorização que independem do processo real de reprodução do capital industrial, que independem, portanto, do momento próprio de criação de excedente através da expropriação do trabalho assalariado.

De modo que o capital fictício tem uma movimentação muito mais independente do capital industrial do que as outras formas autonomizadas, e aparece sob um ponto de vista dialético em que é real e fictício ao mesmo tempo. É real sob o ponto de vista individual, no sentido de que uma ação patrimonial, por exemplo, representa o patrimônio real da empresa, e, portanto, é uma garantia de apropriação de excedente de valor para o capitalista individual. Porém, ao mesmo tempo em que parte de sua magnitude corresponde a capital real, é ilusório, pois a partir do ponto de vista global, é contabilizado duas, três ou mais vezes em diferentes mercados de crédito e tem seu movimento de preços independente daqueles que o unem ao valor real que corresponde (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). Ainda no exemplo de uma ação patrimonial, o preço dessas pode oscilar para cima ou para baixo sem base concreta com o real valor dessas empresas, e sim a partir de uma dinâmica especulativa no mercado da bolsa de valores.

O capital fictício provoca, então, a ilusão de um dinheiro que se autovaloriza, sem compromisso com a produção de mais-valor. Ou seja, é uma autovalorização sem intermediários, uma passagem direta de dinheiro para mais-dinheiro ($D \rightarrow D'$) (AMARAL, 2006). Segundo Paulani (2009, p. 28):

Marx chama de capital fictício tudo aquilo que não é, nunca foi, nem será capital, mas que funciona como tal. [...] a valorização verdadeira dessa riqueza fictícia depende da efetivação de processos de valorização produtiva e extração de mais-valia [...]. Alguns elementos, porém, permitem que essa riqueza fictícia crie valorização fictícia e liberte a valorização dessa riqueza das restrições e limitações impostas pela acumulação produtiva.

O que acirra sobremaneira a contradição do capital entre a produção e apropriação de valor, principalmente quando for colocada sua atual predominância na lógica de acumulação de capital.

A miragem dos lucros na esfera da circulação

Os elementos antes tratados configuram uma tendência geral do sistema a caminhar por formas mais autonomizadas de valorização, posto que elas permitem a aproximação do capital à sua forma ideal, o dinheiro⁸. Quando saltamos deste nível mais alto de abstração para o plano mais aparente do fenômeno, o que percebemos é o desencadeamento de uma série de movimentos que levam a este mesmo resultado: a criação de um ambiente no qual as formas de valorização do capital vão assumindo caráter fictício.

Neste sentido, Lapavitsas (2009) aponta que a partir dos anos 1970, no capitalismo central, ocorreu o crescimento acelerado do setor financeiro em relação ao resto da economia, exemplificado,

⁸ O tratamento específico desse tema é feito em Paulani (2011).

sobretudo, na criação e aquisição de ativos financeiros por empresas não-financeiras, integração dos mercados financeiros globais, livre mobilidade dos fluxos de capitais e, também, empréstimos a famílias e indivíduos com finalidade de habitação, consumo, educação, aquisição de ativos de fundos de pensão, seguros, planos de saúde, etc. Esses exemplos apoiam a afirmação de que a esfera da circulação, particularmente o setor financeiro, adquiriu maior dinamismo que a produtiva.

O autor argumenta que há um desenvolvimento assimétrico de produtividade⁹ entre as duas esferas. Se por um lado o setor produtivo, findados os *anos de ouro* do capitalismo do pós-Guerra, encontrou problemas de rentabilidade devido à crise de sobreacumulação manifestada ainda em fins dos anos 1960, a esfera da circulação, particularmente o setor financeiro, teve um alto padrão de crescimento da produtividade associado à (i) revolução na tecnologia da informação e da telecomunicação; e (ii) desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro.

A crise de sobreacumulação dos 1960 ocasionou nos países centrais estagnação do crescimento do PIB, do salário real e da formação bruta de capital fixo, o que significou um baixo dinamismo do setor da produção. A produtividade, entendida como a razão entre a produção de valor por trabalhador, encontrou-se em nível historicamente menor do que em tempos históricos pretéritos em que o desenvolvimento capitalista obteve níveis de produtividade relativamente muito elevados. O particular colocado aqui é que o nível de produtividade da esfera da produção no pós-1970 se associa a uma estagnação do salário real e intensificação do trabalho devido a desregulamentações no mercado de força de trabalho.

Em contraposição, na esfera da circulação, com as novas tecnologias da comunicação, a produtividade se elevou especificamente no setor financeiro, com mudanças na organização interna das instituições financeiras, aumento na velocidade das transações financeiras, avanços na engenharia financeira, interligação dos mercados nacionais e locais, além de novas técnicas de precificação de ativos e gerenciamento de riscos.

Portanto, este é o argumento das diferenças de produtividade, que resume para o autor (LAPAVITSAS, 2009) a explicação de um crescimento maior da esfera financeira. Ou seja, a maior produtividade colocou novas formas de lucro localizadas na esfera da circulação¹⁰, o que se mostra como um dos princípios basilares da financeirização. Para isso foram necessárias desregulamentações diversas que acompanhassem as transformações na dinâmica de acumulação e mudanças legais e institucionais.

⁹ Entendendo produtividade como a razão da produção de valor por trabalhador – seguindo a perspectiva marxista –, o autor apresenta uma ressalva sobre o tratamento da produtividade na esfera da circulação, onde efetivamente não há produção de valor. Mas a utiliza como um termo técnico para indicar a rentabilidade gerada por determinada quantidade de capital. Da mesma forma a utilizam Duménil e Lévy (2004), com o termo produtividade do capital, tratando-se de uma questão de proporção e não de produção de valor.

¹⁰ Carcanholo e Sabadini (2009) se aproximam desse ponto de vista no tratamento que fazem dos *lucros fictícios*.

Aqui se trata, mais especificamente, do mercado de trabalho e do mercado financeiro. A sucessiva retirada de garantias trabalhistas se associa à exigência de recuperação da lucratividade depois da crise iniciada no fim dos anos 1960. Assim, a incorporação de trabalho flexível, sobretrabalho (invasão do trabalho no tempo privado), trabalho não-remunerado e trabalho intensificado se materializaram como uma flexibilização das proteções à classe trabalhadora e do uso do desemprego como dispositivo de disciplina e barganha¹¹ (LAPAVITSAS, 2009).

Já a desregulamentação financeira, com reinício na década de 1960, remove os controles sobre os mecanismos de precificação e quantidade do crédito ofertado por parte das instituições financeiras. Como também surgem novos mercados de capitais, a canalização de poupança privada para esses mercados, eliminação do controle sobre fluxos internacionais, bem como das operações transfronteiriças (LAPAVITSAS, 2009).

A desregulamentação do mercado financeiro e acirramento da concorrência em nível global, principalmente com a emergência de corporações multinacionais, trouxeram uma reorganização na estrutura organizacional interna e nas práticas financeiras das grandes empresas.

Um primeiro aspecto dessa transformação é o movimento apontado já no pós-Guerra por Sweezy (1942¹² apud LAPAVITSAS, 2011), da retenção de lucros próprios com vistas ao autofinanciamento do investimento, substituindo em partes os empréstimos solicitados aos bancos, historicamente instituições que concentravam o capital de empréstimo. Outro, é a inserção nos mercados financeiros através desses lucros acumulados, em fundos temporariamente ociosos, que passam a circular como capital de empréstimo sem intermediação bancária. Assim surge um novo mercado de capitais de empréstimo em que as grandes corporações entram tanto como credoras como mutuárias. Se caracteriza pela flexibilidade e o baixo custo das transações, surgem operações próprias desse mercado e as corporações passam a ter habilidade em operações financeiras. À revelia do montante de capital de fato movimentado, o central do argumento é que as modernas corporações multinacionais se tornam financeirizadas porque parte substantiva das suas transações e rentabilidade passam a ser de natureza financeira (LAPAVITSAS, 2009).

Ou seja, os empréstimos por parte dos bancos comerciais às grandes corporações multinacionais encolheram, enquanto aumentaram as operações de mercado aberto. Além da desintermediação financeira, as pressões geradas pela desregulamentação causaram problemas aos bancos nos anos 1980-90, o que ocasionou um processo de reestruturação bancária. Os bancos passam

¹¹ Compreende-se aqui esses movimentos como estruturais do capitalismo, ou seja, a tentativa, por parte do capitalista, de continuamente aumentar a extração de mais-valor na sua produção. Mas a particularidade do que está dito se mostra ao compararmos com o período anterior, chamado de consenso keynesiano, em que a correlação de forças da sociedade permitiu um pacto de maior atenção à classe trabalhadora e camadas mais pobres da população (DUMÉNIL e LÉVY, 2010), fazendo avançar o Estado de Bem-Estar Social e a legislação trabalhista.

¹² SWEEZY, Paul. *The Theory of Capitalist Development*. New York, NY and London: Monthly Review Press, 1942.

a buscar novas vias de lucro; para isso há tanto um transbordamento transfronteiriço de suas operações, de modo que passam a atuar com empréstimos em massa para as economias da periferia, como também um movimento de empréstimos a famílias e indivíduos e operações em mercado intermediário.

O argumento de Lapavitsas (2009) foca-se mais nesse segundo aspecto. Os empréstimos particulares tornam-se uma característica estrutural da financeirização quando é considerado que essas e outras operações financeiras passam a ter contato direto e permanente com os rendimentos da classe trabalhadora. Essa transformação tem ao menos três faces: a primeira é o pagamento dos salários com periodicidade mensal acompanhado da obrigação de recebimento em agências bancárias (CHESNAIS, 2005). A segunda é que, ao mesmo tempo em que o Estado de Bem-Estar Social recua com a oferta de serviços básicos, a iniciativa privada se apresenta com serviços altamente financeirizados: habitação, educação, plano de saúde. E a terceira é o constante acesso ao crédito para adiantar – ou possibilitar – o consumo, resultado da estagnação do salário real (LAPAVITSAS, 2009). A consequência é que os rendimentos do trabalhador passam a ser cada vez mais privatizados e intermediados por operações financeiras.

A observação crucial aqui é a possibilidade de lucros a partir dessas transações, seja no pagamento de juros ou de taxas sobre operações e custos de atividades, auferindo-se ganhos diretamente sobre os rendimentos dos trabalhadores. Esta é uma característica distintiva do capitalismo financeirizado, uma vez que a classe capitalista passa a visualizar uma rentabilidade crescente a partir da esfera da circulação, que se soma aos ganhos sobre a extração de mais-valor que ocorre no processo produtivo de trabalho. Lapavitsas (2009) chamou a isso de *expropriação financeira dos rendimentos do trabalho*. A consequência imediata é, portanto, a possibilidade de ganhos de renda na esfera da circulação, e, indo além, uma rentabilidade que se distancia da performance da esfera da produção.

Inserção da periferia na financeirização

Apoiados na ideia já exposta de um desenvolvimento capitalista combinado e desigual e do sistema centro-periferia como dois polos opostos e complementares dessa estrutura, é de se colocar que os movimentos do sistema capitalista mundial têm motivações e efeitos diferenciados nos países centrais e nos países periféricos. Trata-se, então, de apontar as particularidades na América Latina do novo arranjo financeiro internacional, bem como sua expansão, que se gestou nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial e quais foram suas principais consequências.

Nesse sentido, nos ajuda a ilustração feita por Paulani (2012) acerca dos períodos históricos que marcam o movimento de inserção do Brasil no capitalismo mundial. Essa caracterização coincide, sem grandes pormenores, com a análise feita por outros autores – como reproduzimos no quadro 3 – que abrange a América Latina como um todo. Assim, aceitando o Brasil como um caso representativo

da financeirização para a América Latina (AMARAL, 2012), nos valeremos, principalmente, dos últimos dois períodos históricos relatados para caracterizar a inserção da América Latina no capitalismo financeirizado.

As primeiras fases por já terem sido tratadas no primeiro capítulo, serão aqui apenas citadas. De modo que o primeiro período é o que compreende os séculos da América Latina sob dominação colonial europeia. O segundo período é marcado pela produção de bens primários, funcionando como uma alavanca de acumulação para o centro, e vai desde a independência até o início do século XX. A partir dos anos 1930, terceiro período, temos a fase de acumulação desde dentro, ou seja, a partir da Crise de 1929 a possibilidade de uma determinação dinâmica interna mais autônoma, mesmo que a partir de grande alocação de capital externo, sobretudo a partir dos anos 1950.

Aqui se iniciam o quarto e quinto períodos históricos: o intervalo que percorre os anos 1970 e 1980 marcam a inserção da América Latina no capitalismo em fases de financeirização, cuja característica principal é a contratação quantitativamente alta de empréstimos externos frutos da crescente liquidez internacional. E o período do final dos anos 1980 e 1990 em diante¹³ se apresenta como uma consequência da crise da dívida do período anterior, motivo pelo qual os países se colocam de forma completamente submissa frente às exigências de organismos multilaterais, movimento materializado na política econômica voltada para o binômio dívida/inflação. Seguindo essa linha, então, temos em Amaral (2013, p. 90) que:

[...] a necessidade de rolagem da dívida e, portanto, a contínua necessidade de atração de capital externo, colocou as economias periféricas inicialmente numa posição passiva diante do movimento financeiro internacional, dado que sua inserção nesta lógica se deveu fundamentalmente a movimentos externos alheios à sua esfera de decisão, e, posteriormente, numa posição ativa, considerando que um profundo processo de desregulamentação e abertura financeira é introduzido nessas economias, demonstrando sua ampla adesão ao ideário neoliberal.

Assim, o período de inserção passiva foi uma consequência direta dos primeiros sinais de esgotamento do ciclo desenvolvimentista de industrialização da América Latina – ou como etapa de transição do padrão de reprodução do capital industrial para o exportador de especialização produtiva. O primeiro choque do petróleo em 1973 representou o início de um processo inflacionário para a região, com elevação do déficit em transações correntes, que obstruía os projetos de expansão do aparato industrial postos em prática em diversos países da região. A onda de crescimento de liquidez internacional proporcionou um sobre fôlego a esses projetos, aumentando o fluxo de capitais para a região através de investimento direto e, a partir de então, também sob a forma de financiamentos. Foi

¹³ Nesse período, a autora classifica o Brasil, particularmente, como plataforma internacional de valorização financeira destacando-o dos demais casos por entender características particulares que se sobressaem mais aqui do que nos outros países: economia emergente, moeda forte – diga-se de passagem, não tão forte quanto o dólar, mas nem tão frágil quanto o guarani paraguaio, por exemplo, situando-se o Brasil, portanto, em posição intermediária naquilo que ficou conhecido como hierarquia das moedas – e dívida pública (PAULANI, 2012).

significativo o impacto da reciclagem dos petrodólares no fluxo de capitais para a região entre 1973 e 1979.

O choque dos juros, que quadruplicou a taxa de juros norte-americana entre 1978 e 1979, aumentou sobremaneira as dívidas externas contraídas em dólar e a taxa de juros pós-fixadas. Alguns países se anteciparam e realizaram a chamada “estatização da dívida externa”, em que empresas e bancos privados resgataram a dívida em moeda estrangeira e a pagaram ao governo em moeda nacional, passando para os Estados a responsabilidade de assumir os compromissos externos. Assim, já no início dos anos 1980, quando o patamar dos juros chegou ao auge, ocorreu a crise de vários países da periferia – este é o caso, na América Latina, de Argentina, Brasil e México, por exemplo –, seja no setor privado, naqueles países em que não havia ocorrido a estatização, seja na ampliação da dívida pública daqueles que haviam estatizado.

A ampliação da dívida pública na periferia, com características de alto risco e baixa credibilidade, criou mecanismos inflacionários e de aumento da taxa de juros interna. Uma vez que a década de 1970 figurou como um momento de alta liquidez, a década de 1980 representou uma queda desta. Os países centrais buscaram reestruturar suas economias frente aos efeitos da crise dos anos 1970, a fim de retomar os níveis de crescimento e de formação bruta de capital fixo, expandindo suas empresas transnacionais:

[...] nos anos 80, estavam seriamente ocupados em sua reestruturação, na salvaguarda do sistema financeiro internacional e, com relação a nós, preocupados pelo menos em receber parte dos juros do endividamento. Contudo, nossos países estavam duplamente estrangulados em divisas e em recursos fiscais (CANO, 2000, p. 32).

Visto que era preocupante a ocorrência em massa da declaração de moratórias, como a feita pelo México em 1982, o que prejudicaria seriamente os bancos comerciais credores e a solvência do sistema financeiro internacional, começou a ser gestada uma estratégia internacional de manejo da dívida dos países periféricos, a fim de evitar uma crise de maior abrangência. Podemos expor esse período em quatro fases, segundo consta em relatório da CEPAL (1990).

A primeira fase parte de um diagnóstico de falta de liquidez para a rolagem dessas dívidas e encaminha a realização de empréstimos de última instância, por parte do FMI e dos grandes bancos privados das economias mais ricas. Esses empréstimos foram contraídos por parte dos governos dos países latino-americanos, se caracterizando como uma transferência público-privada. Somada às recomendações de políticas de austeridade, essa primeira fase não logrou diminuir a dívida, resultando em aprofundamento da recessão e da inflação.

No que, em 1985, é anunciado o Plano Baker, que propunha um ajuste estrutural com crescimento, caracterizando a segunda fase, de modo que seriam concedidos novos empréstimos. Pesou, entretanto, a profunda recessão por que passavam esses países e a dificuldade de captação de recursos que a financiassem.

Em 1987 tem-se a terceira fase, em que se propõem novas formas de captação de recursos através da ampliação de opções de financiamento no mercado, cujo mecanismo central a ser explorado era a transformação da dívida em títulos comercializáveis. Esta fase enfrentou dificuldades por se apresentar em caráter ainda incipiente da proposta.

Por fim, em 1989, é inaugurada a quarta fase com o anúncio do Plano Brady. Como acúmulo de experiência das fases anteriores, esse plano contava com o apoio explícito dos governos, de forma financeira e institucional, para fortalecer e acelerar o processo de redução da dívida. Assim, houve uma maior disposição dos organismos multilaterais e governos das grandes potências na captação de recursos. Também foi realizada uma revisão das disposições institucionais, nos âmbitos legal, normativo, contábil e tributário, que anteriormente havia desincentivado a participação dos bancos comerciais; e foi necessária uma maior flexibilização por parte das contrapartidas exigidas pelo FMI na concessão de empréstimos.

Na análise de Amaral (2012, p. 112), este período de inserção passiva foi marcado por um ciclo vicioso de endividamento, em que novos empréstimos eram sucessivamente contraídos para pagar antigos e assim criavam novos. Indo além, o período também marcou uma “primeira alteração do eixo de acumulação da periferia [...], já que se rompe com um processo de acumulação produtiva e começa a tomar lugar um tipo de dinâmica” calcado na retroalimentação das dívidas.

O resultado da década de 1980 para a América Latina, com as inúmeras intervenções e recomendações de austeridade, foi, entretanto, sem melhoras significativas e sustentadas do crescimento econômico e da redução do desemprego. A esse resultado negativo são atribuídas perturbações no funcionamento do livre mercado, ou seja, “déficits fiscais crônicos, mercado de bens e de trabalho regulamentados, mecanismos de indexação salarial, desregulamentação financeira sem aparato de fiscalização e erro na sequência da abertura externa” (CARCANHOLO e BARUCO, 2011, p. 15).

Chesnais (2005) afirma que a crise da dívida foi uma importante alavanca para a imposição de políticas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização. E de forma semelhante a Cano (2000), encara o período como o de perda de soberania¹⁴ na formulação de política econômica. Particularmente no que tange à política monetária, com a adoção de planos de redução da inflação que perpassavam, sobretudo, pelo aumento da taxa de juros¹⁵, que passa a ser empreendida fundamentalmente com vistas ao processo de financeirização. Ainda assim, caracterizamos como de inserção ativa, pois assim é feito visando uma melhor colocação no crescente fluxo de capitais em

¹⁴ A afirmação fica mais clara quando entendida em termos relativos, comparando-se com o período anterior, do padrão industrial. Pois, como colocamos, compreendemos que a estrutura do sistema mundial ocasiona para a economia dependente uma submissão de política econômica, mesmo que com variabilidade de grau.

¹⁵ Assim o é no Brasil com a adoção do regime de metas de inflação a partir do ano de 1999. Na América Latina também é o caso do Chile, Colômbia, México e Peru.

direção à América Latina, com a reincorporação da região no mercado de capitais (CARNEIRO, 1999).

4 O novo anel no espiral da dependência

Prosseguimos até aqui no caminho de justificar a emergência na década de 1970 de uma nova dinâmica de acumulação de capital em escala mundial. E que, ainda, as circunstâncias e determinações históricas não se deram do mesmo modo no centro e na periferia do sistema capitalista. Para tanto, apoiamo-nos na ideia da reprodução de formas pretéritas e conformação de um novo capitalismo dependente, com especificidades e dinâmica próprias. O que não exclui o fato de sua imbricação com os movimentos do capitalismo central; ao contrário, se estabelece justamente como fruto dessa imbricação. Assim, tal como colocado em Amaral (2012), nos apoiamos na afirmação de que uma nova fase do capitalismo engendra também uma nova fase da dependência¹⁶.

Posto que o desenvolvimento capitalista – entendido sempre como aumento de complexidade – engendra novos elementos em sua dinâmica, Marini ilustra, ainda no *Dialética da Dependência*, de 1973, a imagem de um novo anel da espiral para tratar da industrialização na América Latina. A nova forma histórica como se apresentou a reprodução do capital na região, que diferia daquela colocada nos séculos XIX e início do século XX na condição de especialização produtiva em produtos primários, motivou o autor a procurar por novas capilaridades originadas por uma nova divisão internacional do trabalho. Da mesma forma o fez em texto de 1997, intitulado *Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista* (MARINI, 2008), em um novo período histórico, em que intenta captar a divisão internacional do trabalho que se gestou captada pela internacionalização do capital em vias de recuperação da crise estrutural dos anos 1960/70.

Compatíveis com essa análise, encontram-se Jaime Osorio e Adrián Sotelo Valencia, que através das formulações da mundialização e da globalização-mundialização, respectivamente, veem que o capitalismo contemporâneo deve ser aprendido através do movimento de expansão necessário ao capital em níveis sem precedentes para contrarrestar a tendência da queda da taxa de lucro, colocando-o em um novo patamar do processo de concentração e centralização de capital. De modo que observam que nesse período histórico houve a necessidade de segmentação do ciclo do capital

¹⁶ O argumento desenvolvido em Amaral (2012, p. 111) perpassa também pela concepção de imperialismo: “Dado o vínculo estreito desse movimento com o que foi discutido no capítulo anterior a respeito da constituição de uma nova fase do imperialismo, e seguindo a linha metodológica que entende a teoria da dependência como um desdobramento necessário das teses do imperialismo, se novas são estas últimas, novas devem ser as percepções acerca das relações dos países da periferia com os do centro e, portanto, certamente novas serão as acepções da dependência que podemos alcançar.”

em escala global, fazendo vistas à busca por matérias-primas mais baratas, bem como de força de trabalho mais barata e em condições mais precárias de trabalho e de vida¹⁷.

No particular a Osorio, essa colocação se expõe na formulação de um novo padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva na América Latina. O autor defende que as profundas transformações econômicas exigidas após a crise iniciada no final dos anos 1960 ocasionaram transformações tecnológicas, conformando uma nova divisão internacional do trabalho, com rearticulação orgânica da economia mundial.

Com tais características, um padrão exportador retoma o predomínio na América Latina – o que leva o autor, inclusive, a aventar a possibilidade de o padrão industrial tratar-se de um interregno –, acentuando a característica estrutural de secundarização do papel do consumo da classe trabalhadora¹⁸. Ademais, faz um levantamento do comportamento das exportações, em valor e volume, da pauta produtiva e da composição do investimento, majoritariamente formado pelo capital estrangeiro e grande capital nacional, mantendo ainda presente o estatal em segmentos estratégicos.

Por esse mesmo caminho – o de visualizar profundas transformações econômicas engendradas pela crise estrutural dos anos 1960/70 – podemos colocar que o capitalismo contemporâneo “foi historicamente construído precisamente em função das respostas que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado” (CARCANHOLO, 2011, p. 73). De modo que é possível traçar cinco traços fundamentais desse processo:

(i) o processo de reestruturação produtiva que, dentre outros aspectos, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro [...]; (ii) as reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; (iii) o aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) a expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) a mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício. (CARCANHOLO, 2011, p. 74).

Essas transformações justificam para nós, assim como já colocado, o tratamento de uma nova forma histórica da dependência, ou sua apreensão a partir da imagem do acréscimo de mais um anel na espiral da dependência. Em outras palavras, isto significa que o desenvolvimento capitalista na periferia resulta necessariamente em reprodução ampliada da dependência. E aqui não se trata de rejeitar as formulações colocadas pela TMD na década de 1960 e 1970, mas de ver as categorias sob

¹⁷ O trabalho de Miranda (2017) faz a leitura dos três autores citados – Ruy Mauro Marini, Jaime Osorio e Adrián Sotelo Valencia – no que versa sobre o capitalismo contemporâneo, chegando nas conclusões que os aproximam e que apresentamos nesse parágrafo.

¹⁸ Ainda que com diferenças entre um período e outro: “No primeiro, foram majoritariamente excluídos, privilegiando-se a realização capitalista dos mercados externos e de faixas restritas do mercado local; no segundo, com o mercado local muito mais desenvolvido no novo padrão exportador.” (OSORIO, 2012b, p. 133).

a luz do capitalismo contemporâneo e, portanto, do processo histórico.

É dessa forma que queremos estabelecer o diálogo com Jaime Osorio, objetivo que anunciamos no início deste capítulo. Coadunamos com a apreensão posta pelo atual padrão de reprodução do capital em seu aspecto produtivo, ressaltando as características de reprimarização, desindustrialização e ganho de importância da reorganização do ciclo do capital colocado em escala global e apreendida pela ideia das cadeias globais de valor¹⁹. Mas tal qual colocado pelo próprio autor:

O peso do capital financeiro especulativo e sua “volatilidade” deve ser um elemento a ser considerado nas atuais condições de reprodução do capital, porque introduz um elemento relativamente novo mas de enorme significação em tal processo, considerado tanto em termos “locais” como do sistema mundial (OSORIO, 2012a, p. 49).

A seção anterior foi dedicada à apresentação das transformações ocorridas em suas dimensões teórica e histórica. Essas transformações influenciam no ciclo do capital – aporte central da proposta teórica do padrão de reprodução do capital colocado por Jaime Osorio –, sobretudo, no que diz respeito às duas fases da circulação. Fazemos essa afirmação no sentido de que o capital fictício, a partir de uma compreensão dialética, é real, ainda que seja ilusório. É dessa maneira que se apresenta em uma forma que exacerba a tendência à autonomização das formas sociais do capital e se mostra cada vez mais independente do capital industrial em uma imagem de valorização autônoma, na aparência de não possuir limites, ou que tende a não os possuir. Mas é real, e influencia no processo de valorização do capital, ou seja, influencia e viabiliza o investimento produtivo, aquele que passa pela esfera da produção e que produz mais-valor; viabiliza-o, ainda que em outra proporção, seja disfuncional a ele. Essa afirmação, portanto, tem a intenção de colocar que o capital fictício está localizado na esfera da circulação.

Em que pese a dificuldade teórica e histórica de apreensão da dimensão financeira, principalmente no atual contexto de autonomização desta forma de capital, uma análise que pretenda captar a reprodução do capital em menor nível de abstração, a nosso ver, tem que perpassar pela esfera financeira – e fictícia – de valorização. E isto, dado que colocamos que a característica basilar do capitalismo contemporâneo é o papel protagonista que assume o capital fictício no processo de acumulação de capital, não deixa de ser uma contradição em termos.

Ainda que bastassem essas afirmações para a justificativa de um aprofundamento – ou uma descida ainda maior no nível de abstração – do aporte colocado por Jaime Osorio, desde o início esclarecemos que o pano de fundo do presente trabalho é a dependência latino-americana. Então, somam-se as transformações localizadas no pós-1970 à forma específica como elas foram absorvidas pelos países da região. Como colocado em Santos (1970), é necessária uma compreensão conjunta

¹⁹ Sobre as cadeias globais de valor desde uma perspectiva da TMD ver Borges (2017).

dos movimentos do desenvolvimento do capitalismo global, como eles se dão a partir do centro, e como são incorporados por parte da periferia.

Assim, vemos que, nas fases de circulação do capital, o capital fictício amplia cada vez mais seus espaços de atuação, tanto na primeira como na segunda fase, o que nos leva a enumerar aqui alguns elementos já expostos ao longo desse texto.

Primeiro, nos deteremos na origem do capital-dinheiro que aparece na primeira fase da circulação. Tanto Marini como Osorio deixam pistas de que cresce o peso do setor financeiro neste estágio, sobretudo, com o aumento do investimento indireto em relação ao investimento direto estrangeiro, forma predominante sob a qual aportava capital na América Latina. E que essa dinâmica, para a região, tem particular conexão com o processo de endividamento externo, mas também com outras formas financeiras contemporâneas, como investimentos diretos de fusões e aquisições. Em Marini (1982, s/n, tradução nossa) há uma ênfase maior dessa característica:

O predomínio do crédito sobre o investimento de risco [...] é a expressão de uma tendência que prevaleceu sobre toda a economia mundial e, em particular, na América Latina, cuja dívida externa total estava no fim dos anos 1980²⁰ em 240 bilhões de dólares, de acordo com a CEPAL. O fenômeno resulta da expansão do capital financeiro a nível internacional e de sua tendência a assumir o controle da produção de mais-valor em distintos países sem incorrer nos riscos que isso implica, dado que a aplicação financeira é suficiente para assegurar a orientação e a supervisão do capital produtivo, vale dizer, dos empresários ligados à produção.²¹

Dessa forma, Marini já apontava para a emergência de uma nova dinâmica no setor financeiro. A ideia lançada aqui e somada à colocação de Lapavitsas (2011) sobre a crescente retenção de lucros próprios por parte das grandes empresas para autofinanciamento, colocam outras perguntas sobre a origem do capital que aparecem na primeira fase da circulação. Além de sua proveniência interna ou externa, privada ou estrangeira, podemos indagar de qual setor provém esse capital e começar a assumir a importância de distinguir capital próprio, de bancário ou oriundo do setor financeiro.

Nessa mesma linha, Duménil e Lévy (2010) apontam para a questão da separação entre a propriedade e a gestão do capital, em que emergem novas formas de gerenciamento e o papel do sócio acionista, uma figura com foco nos níveis de rentabilidade e que passa ao largo da estrutura produtiva. Assim, a abertura das empresas nos mercados de capitais, a criação de novos títulos de dívidas emitidos por empresas e o aumento das operações de mercado aberto justificam a investigação das formas de financiamento com origem no setor financeiro e qual sua capacidade de influência sobre as decisões de investimento, isto é, aquelas que determinam o processo produtivo.

²⁰ Pelo ano de publicação do texto e pelo dado exibido, acreditamos haver um equívoco na reprodução do texto e se tratar, na realidade, dos anos 1970.

²¹ “El predominio del crédito sobre la inversión de riesgo [...] es la expresión de una tendencia que se ha impuesto en toda la economía mundial y, en particular, en América Latina, cuya deuda externa total andaba a fines de 1980 en los 240 mil millones de dólares, según la CEPAL. El fenómeno resulta de la expansión del capital financiero a nivel internacional y de su tendencia a asumir el control de la producción de plusvalía en los distintos países sin correr con los riesgos que ello implica, dado que la aplicación financiera basta para asegurarle la orientación y supervisión del capital produtivo, vale decir, de los empresarios ligados a la producción.”

Em segundo lugar, a disposição da dinâmica de acumulação de capital que permite a visão – míope – de lucros na esfera da circulação. A realização do D', ou mais-dinheiro, ocorre na segunda fase da circulação, momento no qual se apreende a auferição dos lucros como desdobramento do mais-valor produzido. Quando a passagem $D \rightarrow D'$ aparenta não depender, em nenhuma instância, da esfera da produção, exibe-se a ilusão de lucros na esfera da circulação. Mas, mais do que discutir novamente a abstração por trás disso, queremos relembrar alguns dos elementos que colocam essa como uma característica estrutural do período.

Nesse sentido, Paulani (2009) expõe o caráter contraditório do capital fictício, que necessita da constante e crescente produção de mais-valor para que o excedente daí originado seja alocado na valorização do capital fictício, mas que existem elementos que pulverizam essas restrições e limitações. Dentre eles elenca três principais: (i) os ativos são negociados e comercializados em bolsas de valores e mercados secundários de títulos, ocasionando um movimento de valorização centrado na circulação, e muito distanciado da lógica produtiva; (ii) o pagamento de juros, além daquela fração do lucro que é destinada a pagar o adiantamento de capital, passa também a ter origem nos salários e nos recursos do Estado; e (iii) o caráter prolífico do capital fictício na forma de ativos derivativos.

No particular à fração dos salários que crescentemente é destinada ao pagamento de juros, custos de transações bancárias-financeiras, etc., a formulação de Lapavitsas (2011) sobre a expropriação financeira dos rendimentos do trabalho reforça a superexploração da força de trabalho, ao mesmo tempo que reforça a ideia de uma inserção subordinada e diferenciada da periferia no capitalismo financeirizado. A expropriação financeira dos rendimentos do trabalho, entendida como um movimento em escala global que é resultado da reestruturação do processo de trabalho e do recuo do Estado de Bem-Estar, para os países da periferia se apresenta como um elemento a mais de expropriação de parte do trabalho necessário para a reposição da força de trabalho.

A reestruturação mundial dos processos de trabalho, com vistas à elevação do grau de exploração da força de trabalho, recoloca velhos mecanismos, ao mesmo tempo em que concebe outros, de aumento da taxa de mais-valor. Isto, longe de justificar uma perda da especificidade da superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação e característica estrutural das economias dependentes, ainda que se reforcem os mecanismos de aumento da exploração da força de trabalho nos países centrais, que não se eximiram das reformas trabalhistas, flexibilização do trabalho e recuo de direitos previdenciários, reforça as pesquisas que vêm se aprofundando na atualização dessa categoria²².

Já no que se refere aos recursos do Estado, assume importância a dimensão que atinge a

²² Dentre alguns podemos citar Martins (1999), Amaral e Carcanholo (2012), Carcanholo (2013a) e Luce (2013). E para um debate mais recente em torno da pertinência da categoria Katz (2017) e Osorio (2017).

manutenção da dívida pública com o surgimento de mercados de títulos da dívida pública, que, por sua vez, subordina a política econômica dos países periféricos. O que nos leva ao tratamento do Estado – importante elemento de manutenção do padrão de reprodução do capital – no capitalismo financeirizado. Discordamos da formulação neoliberal do *Estado mínimo* não por divergência ideológica, mas por considerar, assim como Netto (2007), que o Estado mínimo é, na verdade, máximo ao capital.

Nessa perspectiva, o Estado tem forte atuação na desestruturação dos direitos sociais, nas desestatizações e na reestruturação do padrão de gastos, que não diminuem, mas se encontram “muito mais centrados na esfera financeiro fictícia em detrimento de políticas públicas de caráter universalizante” (CARCANHOLO e BARUCO, 2011, p. 14). De modo que a apreensão do Estado no capitalismo contemporâneo difere sobremaneira do captado pelo Estado de Bem-Estar, para os países centrais, e do Estado desenvolvimentista, colocado de maneira geral para os países da América Latina durante o padrão industrial.

Uma formulação que nos ajuda com este conteúdo está presente em Harvey (2014b), em que o Estado está no centro da acumulação por espoliação²³, e, portanto, no centro da liberação de ativos para valorização financeira e fictícia. Do ponto de vista das privatizações e dos processos de fusões e aquisições representou a retomada dos fluxos de capitais em grandes proporções em direção aos países periféricos. Mas também atraídos pelas liberalizações, desregulamentações e alto patamar das taxas de juros. Assim como o recuo do Estado no provimento de serviços básicos como o acesso à saúde, educação e habitação abre espaço para a atuação da iniciativa privada e, como vimos, fortemente financeirizados.

No que tange ao mercado de títulos da dívida pública e à subordinação da política monetária e fiscal na manutenção de altas taxas de juros e remuneração dos ganhos de renda, tem-se um mecanismo de transferência de valor. Segundo Paulani (2012, p. 98), “isso significa que uma parte da mais-valia extraída dos trabalhadores torna-se renda dos detentores de ativos fictícios emitidos por agentes domésticos, sendo o Estado justamente o maior deles”. Esse mercado assume importância, ainda, no fornecimento da liquidez necessária para a manutenção dos mercados financeiros com razoável estabilidade, o que Carcanholo (2011) chamou de monetização do capital fictício.

Além da atuação do Estado sobre o regime de câmbio, que visando o aumento de reservas internacionais que diminuam o impacto das oscilações cíclicas da economia mundial, barateia a

²³ A acumulação por espoliação é entendida como um mecanismo presente desde a acumulação primitiva, nos termos de Marx, em que é captada a constante necessidade do capitalismo de se expandir para além de seus limites, entendidos em termo de territórios, ativos e força de trabalho. Assim, a acumulação por espoliação libera e desvaloriza esses elementos para dar conta de resolver as crises de sobreacumulação de capital. Diversos exemplos contemporâneos podem ser elencados, como o colapso da União Soviética, a abertura comercial da China, as privatizações, o barateamento de matérias-primas estratégicas como o petróleo, etc. (HARVEY, 2014b).

transferência de lucros e dividendos. E também acentua a vulnerabilidade externa estrutural dos países periféricos.

Assim, tem-se elementos que provocaram mudanças na dinâmica do balanço de pagamentos, com maior peso relativo da conta financeira em detrimento da balança comercial. O que motiva, para Amaral (2012), a afirmação que as novas relações internacionais estabelecidas pelos países da América Latina concentrem as formas de transferência de mais-valor na conta financeira do balanço de pagamentos e não mais centralmente na balança comercial, como colocado pela formulação da troca desigual. A ênfase dada a essa informação se explica pelo uso pormenorizado de dados da balança comercial no estudo realizado em Osorio (2012b).

Em terceiro, e último lugar, queremos trazer o caráter financeiro das crises que assumem cada vez mais frequência no capitalismo. Sendo sua manifestação contemporânea fundamentalmente marcada pelo predomínio da lógica financeira e especulativa sobre a da produção e pela exacerbação da concorrência dos capitais produtivos, tem-se acentuada a contradição entre a produção e a apropriação de valor, de uma forma ainda sem precedentes (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999). De modo que a valorização financeira assume posição de exterioridade à produção, ainda que dependa dela, assumindo uma fragilidade estrutural ao sistema (PAULANI, 2009).

Esse ciclo de valorização de ativos intangíveis não encontra a mesma lógica da valorização do circuito do ciclo do capital industrial, que, ao seu final, os valores de uso produzidos se destinam aos mercados de consumo. Por sua valorização se centrar na circulação, e passar cada vez mais ao largo da produção, a erupção das crises financeiras tem manifestação na formação de bolhas e na falta de liquidez.

Assim, o predomínio da lógica do capital fictício na acumulação de capital obstrui o crescimento econômico sustentado de longo prazo e aumenta a ocorrência de crises, sobretudo, a partir da esfera financeira. No particular da inserção dos países periféricos no capitalismo financeirizado, aumentou a ocorrência de crises financeiras, dadas pela intensificação da vulnerabilidade externa. Como colocado anteriormente, as crises desencadeiam uma reorganização dos capitais e a retomada dos seus níveis de lucratividade, no que se torna relevante para o padrão de reprodução do capital a consideração também de crises do setor financeiro como a do México, em 1994, do Brasil, em 1999, e da Argentina, em 2001.

E, ainda, enquanto se mingua a parte produtora de valor e a aumenta a sede de apropriação de mais-valor, tem-se exacerbado os mecanismos de aumento da exploração da força de trabalho e o aprofundamento do contraste entre a riqueza e a miséria, muito mais funestos em tempos de crise e para a periferia do sistema capitalista.

5 Considerações finais e agenda de pesquisa

Longe de esgotar o tema e chegar a uma formulação teórico-metodológica definitiva para o padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado, projetamos chegar aqui com as aproximações e elementos que justificam a ampliação e o aprofundamento do aporte colocado por Jaime Osorio. Com menção feita pelo próprio autor, os circuitos financeiros e fictícios de valorização assumiram maior relevância da década de 1970 em diante e imputaram novas características para a análise dos aspectos colocados nas esferas de circulação e produção do ciclo do capital, bem como dos elementos fundamentais à sua reprodução, como o papel do Estado e das crises.

Entretanto, o autor referencia as mudanças no capitalismo contemporâneo se atendo a formulações sobre a mundialização para dar conta dessa nova dinâmica. Compreende-a como uma periodização referida ao processo de expansão do mercado mundial, que se inicia posteriormente à Segunda Guerra Mundial e evidencia uma nova modalidade de reprodução do capital, bem como de uma nova divisão internacional do trabalho. De modo que:

Com esse foco, Osorio (2012a, p. 85) considera que a noção do padrão de reprodução do capital tem por objetivo a investigação da “lógica e [d]os eixos que articulam e organizam as formas fragmentadas com que o capital se apresenta em sua metamorfose”, mas que “temas diversos” podem se agregar em análises secundárias – ou análises especializadas dentro de um todo maior – como “capital financeiro, processos de trabalho, salários, impactos territoriais, etc.”.

Por outro turno, enxergamos que, mais que um tema ou fragmento, a valorização financeira e fictícia do capital assume papel protagonista no capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, não fomos além do colocado pela metodologia de análise de padrão de reprodução do capital de Osorio, pelo contrário, seguimos o caminho que é exposto em seu texto. Assim recorreremos à ferramenta analítica de separação desses elementos para, por partes, captar as mudanças provocadas pela financeirização.

A separação desses elementos se justifica tão somente para fins de análise, visto que a própria proposta do padrão de reprodução do capital é a de captar o movimento do capital em sua totalidade. Assim, por mais que tratemos da autonomização das formas sociais do capital, da exacerbação desse movimento na figura do capital fictício e de um pretenso descolamento da esfera da circulação e da produção, trata-se meramente do fenômeno aparente. Entendemos que, em última instância, toda produção de valor e, portanto, de lucros, passa pelo processo produtivo e pela extração de mais-valor a partir do dispêndio de força de trabalho.

Essa caracterização reforça a instabilidade sistêmica do capitalismo, que apresenta desde suas formas mais moleculares a contradição entre a produção social de valor e apropriação privada de riqueza. Enquanto a obtenção de lucros passa cada vez mais ao largo da esfera da produção e são exigidos

maiores níveis de rentabilidade, essa contradição se agrava e o sistema passa por períodos de instabilidades em menores intervalos de tempo.

Por isso, e pelo que vimos até aqui, fundamenta-se que a própria análise do ciclo do capital industrial não pode desconsiderar a autonomização de suas formas sociais, principalmente do capital fictício, e sua característica de ser funcional à reprodução do ciclo do capital, ao mesmo tempo em que é disfuncional. Pelo que não divergimos da metodologia de análise colocada por Jaime Osorio, mas captamos elementos a mais do que o colocado pelo autor no padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva.

Assim, desde a forma mais intuitiva das novas formas de financiamento do capital, localizado na primeira esfera da circulação, passamos pela financeirização das empresas e dos indivíduos e famílias, as novas formas de rentabilidade na segunda esfera da circulação, as funções alargadas do Estado e as instabilidades características do setor financeiro.

Abrem-se portas de investigação para, seguindo a tipologia feita por Vânia Bambirra, verificar se procede uma tipificação dos países em grupos segundo seus diferentes graus de complexidade. De modo que, na atual conjuntura, a dimensão financeira apresenta-se mais forte naquelas economias em que o desenvolvimento capitalista avançou um pouco mais, seja por suas dimensões de riquezas naturais, extensão territorial ou quantitativo populacional. Acrescentando mais de um padrão de reprodução do capital para a região da América Latina, com destaque para o Brasil, como justificaram alguns dos textos citados aqui, em que a financeirização assume dinâmica específica e central. (ALMEIDA FILHO e ARAÚJO, 2015; BORGES, 2017).

ALMEIDA FILHO, N.; ARAÚJO, P. The pattern of capital reproduction in Brazil. *World Review of Political Economy*, v. 6, p. 320-340, 2015.

AMARAL, M. A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência. Uberlândia: [s.n.], 2006.

AMARAL, M. **Teorias do imperialismo e dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo: [s.n.], 2012.

AMARAL, M. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. *Revista Pensata*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 80-96, nov. 2013.

AMARAL, M.; CARCANHOLO, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

ARAÚJO, P. **Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI**: desigualdade e padrão de reprodução. Uberlândia: [s.n.], 2015.

BORGES, R. Financiarización, cadenas globales de valor e inversión extranjera en la producción de etanol en Brasil a partir de la liberalización de la agroindustria: una interpretación marxista del período de 1990 a 2010. 2017. 566f. Tese (Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Madrid, 2017. CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARCANHOLO, M. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e sociedade*, Uberlândia, v. 1, n. 3, p. 73-84, dez. 2011.

- CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, p. 191-205, jan-abr. 2013.
- CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-23, jul.-dez. 2011.
- CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999.
- CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 41-65, jun. 2009.
- CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- KATZ, C. Aciertos y problemas de la superexplotación, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179517/ACIERTOS%20Y%20PROBLEMAS%20DE%20LA%20SUPEREXPLORACION.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- LAPAVITSAS, C. Financialisation, or the search for profits in the sphere of circulation. **Research on money and finance**, Londres, n. 10, mai. 2009.
- LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. **Work, Employment & Society**, Londres, v. 25, n. 4, p. 611-626, dez. 2011.
- LUCE, M. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013. p. 145-165.
- MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: (ORG.), C. E. M. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires e Bogotá: Clacso e Siglo del Hombre, 2008. p. 247-271.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.
- MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, n. 5, p. 121-138, dez. 1999.
- NETTO, J. P. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2007.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.
- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-133.
- OSORIO, J. Teoría marxista de la dependencia sin superexplotación: una propuesta de desarme teórico para avanzar, 15 set. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179518/Cr%C3%ADtica%20a%20Katz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.
- PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: um reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 10, p. 89-102, jun. 2012.
- SANTOS, T. D. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Nova York, v. 60, n. 2, p. 231-236, mai. 1970.
- SOTELO VALENCIA, A. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo: maquiladoras y telecomunicaciones**. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2004.